

MULHERES E HOMENS ALÉM DA SALA DE AULA: SOCIABILIDADES DE DOCENTES NA BAHIA ENTRE A ESCRAVIDÃO E O PÓS-ABOLICÃO

JUCIMAR CERQUEIRA DOS SANTOS* 

FABIANO MOREIRA DE SILVA* 

SIVALDO DOS REIS SANTOS* 

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 SALVADOR – BAHIA – BRASIL

RESUMO

O texto a seguir discute a atuação de professoras e professores na “instrução popular” entre o final do século XIX e início do século XX. Esses (as) docentes atuaram de maneiras distintas e em diferentes espaços para além da sala de aula, como na redação de jornais, em Conferências Pedagógicas, na Assembleia legislativa da Bahia, em associações sociais e na escola para formação de professores, a Escola Normal da Bahia. Em que medida este (as) docentes também trabalharam ligados (as) a causas sociais, políticas e educacionais que defendiam? As fontes para tal análise foram ofícios da Instrução Pública da Bahia disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia e do Arquivo Municipal de Salvador, bem como *Annais* da Assembleia legislativa da Bahia e jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Docentes; Instrução Popular; Sociabilidades.

ABSTRACT

The following text discusses the role of teachers in “popular instruction” between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. These teachers acted in different ways and in different spaces beyond the classroom, as in the writing of newspapers, in Pedagogical Conferences, in the Legislative Assembly of Bahia, in social associations and in the school for teacher training, Escola Normal from Bahia. To what extent did these teachers also work linked to the social, political and educational causes the advocated? The sources for such analysis were letters from the Public Instruction of Bahia available in the Public Archive of the State of Bahia and the Municipal Archive of Salvador, as well as *Annals* from the Legislative Assembly of Bahia and from the newspapers in the Digital Library of the National Library.

Keywords: Teachers; Popular Education; Sociabilities.

* Doutorando em História Social da Educação da População Negra – Universidade Federal da Bahia. Atua na Educação Básica, em cursos socioeducativos no sistema fechado, em projetos de prevenção a suicídio em escolas estaduais de Salvador, formação de professores de Ciências Humanas e elaboração de cadernos pedagógicos. E-mail: jucimar18@yahoo.com.br.

* Mestre e Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Tecnologias na Aprendizagem pelo Centro Universitário do Senac. Bacharel em Administração de Empresas pelo Instituto Federal da Bahia. Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Estadual da Bahia. Atuação como professor do ensino médio pela Secretaria de Educação da Bahia. E-mail: fabianomdasilva@hotmail.com.

* Licenciado e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: srsvaldosa321@gmail.com.

A primeira busca de sistematização da educação no Brasil, após o processo de independência, foi partir do decreto educacional de 15 de outubro de 1827. Em seguida muitas medidas foram tomadas para a institucionalização do setor da Instrução Pública (equivalente ao que hoje são as secretarias de educação estaduais) e algumas prerrogativas foram previstas através de reformas educacionais, fosse provincial ou imperial, como as reformas imperiais de 1854 e a de 1879.¹

A partir da segunda metade do século XIX, segundo o primeiro e único Censo Geral Imperial realizado em 1872, o Brasil com 82,3% de analfabetos e a Bahia 79,4%, algumas frentes educacionais foram criadas e outras somente anunciadas para alcançarem o que chamaram de instrução popular. Essas frentes educacionais foram estabelecidas e/ou reformuladas no mesmo período em que as iniciativas abolicionistas passaram a ser intensificadas, principalmente, a partir da lei Rio Branco, também chamada *Lei do Ventre Livre* em 1871.²

Há uma historiografia que apresenta experiências de educação para as camadas populares de diferentes formas, desde aprendizagens de leitura e escrita em ambientes privados até casos de escravizados que foram matriculados em escolas públicas, quando alguns decretos provinciais e imperiais, inclusive a Constituição de 1824, proibiam.³ Ao mesmo tempo, leis gradativas decorrentes de um contexto com pressões externas (internacionais) e, sobretudo, internas, por meio de fugas em massa, aquilombamentos, açoitamentos, levantes e ações de pessoas letradas abolicionistas iam finalizando a escravidão sistêmica. Quando findava a guerra do Paraguai ocorriam movimentações para implantação de uma República com a fundação do Partido Republicano, como

¹ GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. Sobre os termos educação e instrução, usaremos como referência o que Alessandra Schueler defende. Segundo esta autora, a educação referia-se aos sentimentos religiosos e morais, cuja transmissão deveria ser reservada às famílias e, instrução era o conjunto de conhecimentos que o Estado deveria proporcionar aos cidadãos. No Império brasileiro essa distinção não parece ter se imposto tão plenamente. Nesse sentido, Ilmar R. de Mattos, ao realizar uma análise da política no Brasil do século XIX, demonstra a educação e a instrução como elementos de construção do Estado e do monopólio da Coroa. SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *A instrução popular na Corte imperial – 1870 a 1889*. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997 e MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 265-266.

² FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

³ SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. *Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)*. Dissertação de mestrado em História Social pelo PPGH UFBA, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30443>. Acessado em 23 de agosto de 2020.

também discussões cada vez maiores em torno da mão de obra no país, do direito do voto e de propriedade.⁴

Na Bahia houve uma das reformas que visava atender a escolarização para pessoas das camadas populares, inclusive a criação de escolas noturnas para trabalhadores, assim como também previa melhor formação para as professoras (es). Um dos elementos dessa reforma, que esteve presente em outras reformas educacionais provinciais e imperiais, muitas vezes, considerada um dos motivos para as dificuldades de desenvolvimento da educação no Brasil, daí investir nesse quesito foi recorrente. As escolas noturnas para trabalhadores foram uma escolarização que aconteceu em várias províncias do Império, em algumas delas constavam, inclusive, matrículas de libertos e escravizados. Fato que não era recorrente em escolas primárias diurnas tanto públicas quanto particulares.⁵

Outra medida, que significava mais investimento em educação, foram as Conferências Pedagógicas instituídas a partir de 1872 em prol das questões do ensino primário e secundário no município da Corte, na cidade do Rio de Janeiro, a então capital do Brasil.⁶ Na Bahia, elas passaram a ocorrer a partir de 1875 de maneira fundamental para se pensar em escolarização no final do período e na atuação de docentes que se destacaram em prol da grande demanda da instrução popular por alfabetização.⁷

Ao final da década de 1870, houve a última reforma educacional imperial com decretos em 1878 e em 1879, chamada *Leôncio de Carvalho*, nome do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império responsável pela administração das questões relativas à educação. Ela foi mais uma medida dentre as que visavam organizar a educação no Brasil, inclusive, para combater o alto índice de analfabetismo, determinando obrigatoriedade de ensino como possibilidade de multas aos pais ou responsáveis pelas crianças em idade escolar que não estivessem matriculadas e

⁴ FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Pombo de (Org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *A instrução popular na Corte imperial – 1870 a 1889*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997 e SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia-1870 a 1890*. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em educação da PUC-SP, São Paulo, 2006.

⁵ SANTOS, 2017.

⁶HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL Relatório da repartição dos negócios do Império do Rio de Janeiro, 1872, p.23

⁷HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Bahia), 1875. INSERIR O ACERVO DE LOCALIZAÇÃO, p.87

frequentando as aulas.⁸ Aspecto mais discutido na primeira Conferência Pedagógica da Bahia em 1875.⁹

O decreto de 1878 foi o que oficializou as escolas noturnas no Império. Nele constava que as escolas deveriam ser de primeiras letras para aprender a ler, escrever e contar. No final do ano letivo dessas escolas, para os alunos habilitados no exame de conclusão de alfabetização, os professores deveriam comunicar ao delegado da Instrução Pública que fosse marcado o dia e hora da prova. Caso fossem aprovados, seriam indicados para atividades com preferência para os cargos de serventes, guardas, correios, ajudantes de porteiro, porteiros das repartições e estabelecimentos públicos e outros empregos de igual categoria.¹⁰ Segundo Eliane Peres, o decreto mais importante de criação de cursos noturnos foi o de 1878.¹¹ Criado no auge da discussão abolicionista estabelecendo conexões com ela, pois pessoas ligadas à condição de trabalho no cativo estiveram entre os alunos dessas escolas.¹²

O decreto de 1879, sobre o ensino primário, nível escolar de maior atuação das (os) docentes deste texto, apresentou no primeiro artigo que o ensino era completamente livre, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene. Essa inspeção foi bastante criteriosa de forma a deixar o governo ciente de todas as coisas que aconteceriam nas escolas. Vigilância do Estado Imperial sobre a educação a partir dessa reforma e mais possibilidade de homens libertos estudarem, mas continuava a proibição de escravizados se matricularem em escolas públicas.¹³ Essa possibilidade para libertos evidencia mais uma medida que garantia a oportunidade de escolarização a pessoas que não integravam as elites, o que pode ser resultado de manifestações deles e/ou de sujeitos ligados a políticas que defendiam causas que os contemplassem.¹⁴

⁸ Coleção de Leis do Império do Brasil (1879). Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acessado em: 10 de agosto de 2020.

⁹ BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1875, p. 263.

¹⁰ COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL (1878). Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html> acessado em: 10 de agosto de 2020.

¹¹ PERES, Eliane. *Templo de Luz: Os Cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense 1875 – 1915*. Pelotas: Seiva publicações, 2001, p. 97.

¹² ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Letras/Faperj, 2017. e SANTOS, op. cit., 2017.

¹³ COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL (1879). Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acessado em: 10 de agosto de 2020.

¹⁴ SANTOS, 2017.

A partir deste cenário que Emília Leopoldina Geraque Collet, Elias Nazareth, Maria Augusta Chaves Santos, Antônio Bahia da Silva Araújo, Manuel Querino, Hermelinda Valeriana dos Santos, Maria Olympia de Oliveira, Cincinato Ricardo Pereira da Franca e Francelino do Espírito Santo de Andrade realizaram suas atuações docentes e políticas em prol das camadas populares.

PRÁTICAS DOCENTES EM “UMA PROVÍNCIA DE ANALFABETOS”

A maioria das professoras e dos professores que vivenciaram o contexto de final do século XIX na Bahia e que se destacaram pelas suas atuações, principalmente, na instrução popular, começaram suas carreiras na década de 1870. Antônio Bahia da Silva Araújo esteve entre os primeiros professores envolvidos nos debates para mais oportunidades de educação escolar para as camadas populares. Ele se formou aluno mestre (professor recém formado) em 1870 e integrava o setor de Instrução Pública da Bahia. Além da prática da sala de aula diurna, foi criador, professor e diretor da primeira escola noturna de Cachoeira em 1874. Grande parte da população dos trabalhadores do campo (pessoas de cor entre livres, libertos e escravizados) trabalhava em ofícios especializados no Recôncavo e em Salvador, nesse sentido, supõem-se que parte considerável da escola em que Antônio Bahia lecionava atendia a esse perfil de trabalhadores.¹⁵

A professora Emília Leopoldina Geraque Collet começou seu trabalho docente registrado como vitalício na Instrução Pública da Bahia em 1872.¹⁶ Nesse tempo, ela lecionava na freguesia da Barra, em Salvador, professora bastante atuante na cidade, esteve presente na primeira Conferência Pedagógica da Bahia e era integrante do Conselho Superior de Instrução Pública da Bahia.¹⁷ Em 1881 já integrava o corpo docente da Escola Normal. Nesta instituição, Collet era responsável pela cadeira de *língua normal*, o que conhecemos hoje por *língua portuguesa*.

¹⁵ Verificar em SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia-1870 a 1890*. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em educação da PUC-SP, São Paulo, 2006

¹⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Revista da Instrução Pública da Bahia*, Ano: 1872, p. 11.

¹⁷ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1876, p. 263.

Em 1882, essa professora fundou uma escola noturna para mulheres com 20 alunas na freguesia de Santana, em Salvador.¹⁸ Um ano após a criação dessa escola, é possível que estivesse sendo criticada por levar alguns objetos da *Escola Normal de Senhoras* para o seu estabelecimento escolar. Sobre essa situação, o jornal *Gazeta da Bahia* noticiou que: “a professora Emília Collet, tendo aberto há pouco um colégio, como é público, declara para que não haja dúvida que em seu estabelecimento não existe objeto algum pertencente ao antigo internato”.¹⁹ Precisar explicar publicamente que não cometeu irregularidades um ano após de fundada a escola noturna denota que a diretora-professora pode ter enfrentado outros desafios para manter sua escola funcionando. Tipo de estabelecimento que não era comum para atender mulheres e ser dirigido por elas.²⁰

Outra professora que buscou atuar nesse tipo de escola foi Maria Augusta Chaves Santos, que solicitou permissão para abertura de uma escola noturna para mulheres na ocasião da primeira Conferência Pedagógica da Bahia, provavelmente, aproveitando o ensejo das medidas para aumentar os índices de alfabetização da província, por sua vez, do país. No mesmo tempo, ela foi criticada pelo professor Raymundo Cardoso Gomes ao propor essa escola.²¹ Essa professora lecionava na escola particular feminina com 25 alunas na povoação de Manguinho na comarca de Nazaré, em Itaparica.²² Parece que não conseguiu ter sua solicitação atendida, como conseguiram na década seguinte as professoras Maria Olympia de Oliveira e Hermelinda Valeriana dos Santos. Inclusive, diferente de Collet, essas duas últimas solicitaram e conseguiram abertura de escola noturna não só para mulheres, mas para mulheres na condição de *ingênuas* e *libertas*, como veremos mais adiante.²³

¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1882, p. 206.

¹⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Gazeta da Bahia*, 24/02/1883, p. 2.

²⁰ SANTOS, 2017.

²¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1876, p. 3.

²² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1876, p. 6.

²³ APEB, Sessão Colonial e Provincial. Ofício de permissão de abertura de escola noturna na povoação do Sacco da professora Maria Olympia de Oliveira ao presidente da província Manoel Machado Portela. Documento 817. Maço 6580 em 14/06/1888 e APEB, Sessão Colonial e Provincial, Ofício de permissão para abertura de escola noturna na rua do Passo da professora Hermelinda Valeriana dos Santos ao presidente da província Manoel Machado Portela. Documento 799. Maço 6580 em 08/06/1888.

O termo (ingênuo e ingênuas) significava os filhos e filhas nascidas de mãe escravizadas., maiores informações sobre o termo, VER: MODESTO, Victor Hugo do Rosário. “*Não há ingênuos e sim órfãos*”: menores filhos de libertas no limiar da abolição em Belém. Artigo disponível em: <file:///C:/Users/siva2/Downloads/1201-4743-2-PB.pdf>

O que se destaca na atuação de Emília Collet é o fato de ser uma das poucas professoras com considerável visibilidade naquela sociedade iletrada, conservadora e calcada em estigmas de gênero e raça.²⁴ Em meio a tantos homens, ela trabalhou em frentes educacionais nas agitadas décadas de 1870 e 1880, esteve entre as lideranças docentes da educação da Bahia, foi formadora de professoras e professores, mas também atuou de maneira a contemplar a escolarização das classes populares ao lecionar em escola noturna feminina. Em 1876 ela reclamou junto a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia uma gratificação que tinha direito por ser professora da Escola Normal. Em resposta, a Comissão de Instrução Pública argumentou que a reclamação da suplicante já havia sido atendida pelo regulamento de 28 de junho de 1875 que “dispôs que os professores das cadeiras anexas as escolas normais continuassem a receber a gratificação a que tinham direito pelo artigo 6 do regulamento orgânico confirmado pela reforma de 1870”.²⁵

Outra situação em que essa professora teve destaque foi na banca de julgamento da tabuada que foi encarregada de produzir para ser utilizada nas escolas da província. Em 1882, o membro do Conselho Superior de Ensino Provincial, o professor Elias de Figueiredo Nazareth escreveu um longo parecer a respeito do material didático intitulado: *Tabuada Novíssima*, escrito pela professora.²⁶

Alguns anos antes, Elias Nazareth esteve presente na Primeira Conferência Pedagógica da Bahia.²⁷ O evento aconteceu no Liceu Provincial e contou com as participações do então Diretor Geral da Instrução Pública da Província, José Eduardo Freire de Carvalho, dos membros do Conselho Superior de Instrução e muitos outros (as) professores (as) públicos da Bahia, inclusive com a participação da professora Emília Collet. Neste evento, Elias Nazareth foi nomeado secretário do Conselho Superior de Instrução.²⁸ Após essa conferência, muitas diretrizes foram estabelecidas na educação e

²⁴ DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o liceu provincial. 1860-1890*. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Bahia - Universidade Federal de Bahia. Salvador, 2001.

²⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia*. Ano: 1876, p. 125.

²⁶ BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*, 1883, pp.333-334

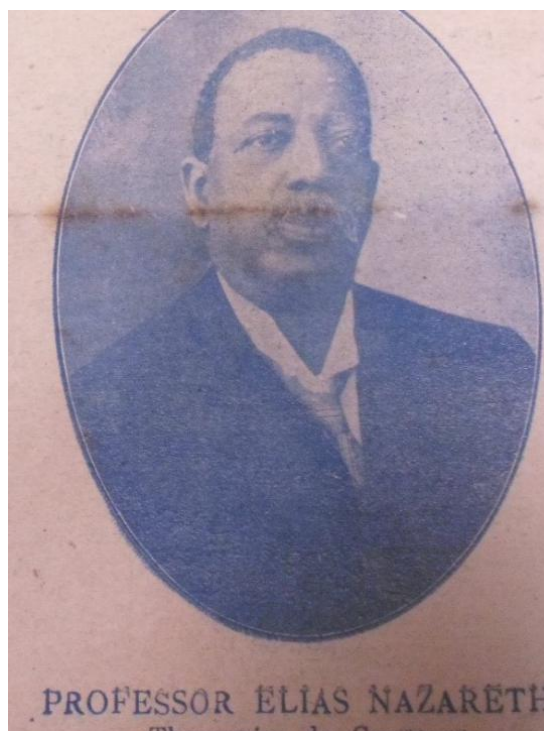
²⁷ Não conseguimos localizar nas fontes a data de nascimento do professor Elias Nazareth, nem informações sobre a sua família.

²⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1875, p. 263.

Instrução Pública da Bahia, muitos (as) docentes se mobilizaram com mais vigor para tentar solucionar a demanda de grande analfabetismo que havia na província.²⁹

No julgamento da *Tabuada Novíssima*, Nazareth fez elogios nos primeiros parágrafos do seu parecer, principalmente, pela iniciativa da professora em acreditar que a elaboração do material possibilitaria “desvencilhar o ensino do cálculo nas escolas do estreito círculo cada vez mais apertado, em que a velha rotina de mais de meio século o tem tiranicamente envolvido nesta província”. No entanto, ao examinar mais especificamente o material, ele compreendeu que o trabalho não foi bem executado porque, no seu entendimento, a autora não se “inspirou nas verdades contidas da “Pedagogia Moderna”, nem leu outros trabalhos sobre este tema que estavam sendo “adotados nas escolas das principais províncias do Império”.³⁰

Figura 1: Elias Figueiredo Nazareth



Fonte: Revista do Brasil, 1911, p.61.

²⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*, Ano: 1876, p. 6.

³⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*, 1883, p.333-334.

Elias Nazareth destacou que estava vivendo em uma época de “transição e reformas” no ensino primário e que os novos métodos de ensino para cada disciplina deviam seguir os princípios da “Pedagogia Moderna,” que na sua concepção estava acontecendo nos países da Suíça e da Alemanha. Nesse sentido, ele acreditava que a *Tabuada novíssima* seguia o modelo antigo das velhas tabuadas que dificultavam o aprendizado dos estudantes por apresentar números pequenos e sem métodos organizados.³¹ A crítica do professor refletia bem o momento em que alguns professores públicos estavam vivendo em Salvador nas décadas de 1870 e 1880, aparentemente, existia uma preocupação em “modernizar” os métodos de ensino e, sendo assim, alguns docentes tomavam iniciativas do tipo. O próprio Elias Nazareth foi criticado por um autor anônimo, em 1879, que considerou sua *cartilha do ABC* uma cópia malfeita de uma *cartilha maternal* criada pelo professor João de Deus em Portugal.³²

O cenário era um professor “de cor” prestigiado e reconhecido no meio intelectual da cidade criticando o trabalho de uma professora provavelmente branca e experiente na área do magistério.³³ Talvez, nessas duas situações de avaliação tenha ficado evidente uma tensão entre raça e gênero estabelecida, principalmente, de maneira subjetiva. O fato de Nazareth ser um homem negro em uma sociedade com o escravismo em vigência, ocupando um lugar de prestígio e de elite letrada, que não o isentava de estigmas de cor, pode ter pesado sobre o parecer que recebeu referente a cartilha que produziu quatro anos antes da avaliação que fez da tabuada da professora. Desta forma, é possível que ele não quisesse possibilitar a uma mulher uma aprovação sem detalhar as falhas que ele considerou no material produzido por ela, pois ele foi duramente julgado por uma produção também didática. Tal posicionamento pode ter sido por um preconceito relativo à condição feminina da professora, estando em uma profissão com o predomínio de homens atuando.

³¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1883, p.77.

³² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *O Monitor*, 20/11/1879, p.1

³³ Essa suspeita quase evidente é devido às características de seu nome não ser de origem portuguesa nem de características africanas, por ela ter sido dona de uma escola particular diurnas e por ter sido mãe do famoso médico e político branco, Agnelo Collet. Sobre ele ver em: <http://cpdoc.fgv.br>

As críticas do Elias Nazareth não ganharam eco entre os outros professores da Escola Normal que também se posicionaram elogiando o trabalho da professora Collet. A professora de pedagogia Isabel Gonçalves da Silva Araújo em seu parecer escreveu: “achei-a superior a quanto trabalho deste gênero por aí corre”. Mas ponderou: “todavia entendo que seria de grande utilidade juntar-lhe sua autora algumas páginas para o ensino intuitivo do cálculo”.³⁴ Os professores Antônio Ferrão Muniz e Antônio Franco da Costa Meireles também avaliaram o trabalho de Collet, em seus pareceres argumentaram do seguinte modo: “concluimos, pois, dizendo que as tabuadas da Sr. Collet podem ser adotadas nas escolas primárias para o ensino da aritmética com proveito, pois são superiores pelo método e clareza a maior parte das que são empregadas para este fim”.³⁵ Nazareth criticou muito o trabalho produzido por Collet, enquanto que os outros pareceristas aprovaram, inclusive, com muitos elogios e ela teve seu material publicado para uso na instrução popular primária da Bahia. Essas situações devem estar em meio a tantas outras em torno da instrução popular e da elaboração de material didático.

O ponto que consideramos importante destacar é o protagonismo da professora Emília Collet que em um contexto de escravidão, inserida em uma sociedade fortemente alicerçada nos valores patriarcais, ela mobilizou-se para a criação de uma escola que atendia aos interesses das mulheres que não tiveram condições de estudar no período diurno na infância, provavelmente devido ao trabalho, assim como conseguiu publicar o material didático que elaborou e parece ter continuado com o prestígio que tinha no meio profissional, conseqüentemente, na cidade que vivia.

“APRENDER A LER PRA ENSINAR OS CAMARADAS”

Lecionar na Escola Normal era uma forma também de atuação em um dos pontos mais criticados na educação no Brasil do final do século XIX, pois a formação de professores estava recorrentemente sendo criticada e nas reformas educacionais foi

³⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1883, p.76.

³⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*. Ano: 1883, p.77

pontuada com muitos critérios.³⁶ Elias Nazareth foi professor da Escola Normal por vários anos, assim como Antônio Bahia e Emília Collet. Os (as) profissionais que desejassem seguir a carreira do magistério teriam que cursar entre três a quatro anos nesta escola para obterem seus diplomas.³⁷ Nas décadas de 1870 e 1880, Nazareth lecionava as disciplinas: *métodos teóricos e práticos, desenho linear e português*. Em 1875, ele escreveu um *Compêndio de Desenho Linear*, nesse tempo, o jornal *O Monitor* informou sobre a importância e a necessidade da obra para as escolas públicas da província³⁸:

Tenho a honra de apresentar o compêndio de desenho linear do professor Elias de Figueiredo Nazareth, de sua utilidade e adoção para as Escolas Normais. A estes estabelecimentos falta com efeito, uma obra elementar desta matéria, que satisfaça o programa neles estatuído, o compêndio do professor Elias Nazareth preenche bem esta lacuna.³⁹

Já em 1879, esse professor criou uma *cartilha de ABC* seguindo o modelo de uma *cartilha maternal* criado por um professor de gramática de Portugal cujo nome era João de Deus. Um autor anônimo escreveu para o jornal *O Monitor* criticando a cartilha do professor Elias por entender que o material do professor baiano não passava de uma cópia malfeita da cartilha criada em Portugal. O autor (a) anônimo argumentou o seguinte: “a carta de ABC do sr. professor Nazareth era pelo menos desnecessária, pois o que nela há de bom não passa de cópia da cartilha maternal, mas cópia tímida”.⁴⁰ Necessária ou não, a cartilha por ser um dos significados do quanto este educador estivera preocupado com a alfabetização e o letramento daquela sociedade em um contexto de escravidão cujo número de pessoas analfabetas era muito expressivo.⁴¹

A preocupação deste professor não se limitava apenas ao ensino das escolas públicas primárias, ele manifestava interesse pelo aspecto físico e estrutural das escolas.

³⁶ Verificar em NUNES, Antoniete D’Aguiar. *Política educacional no início da República na Bahia. Duas versões do projeto liberal*. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA, Salvador, 2003.

³⁷ A Escola Normal da Bahia foi criada por lei provincial n.37, em 14 de abril de 1836. (BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*, Ano:1870, p. 85).

³⁸ Compêndio é um livro que reúne informações relativas a uma área específica de saber. Coleção concisa de informação relativa a uma dada área do saber, em forma de livro.

³⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Monitor*, 08/08/1876, p. 2.

⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Monitor*, 20/11/1879, p. 1.

⁴¹ SANTOS, 2017.

Nesse sentido, em 1882 integrou uma comissão de professores que reivindicaram do poder público da província novas mobílias escolares que se adequassem às condições exigidas pela higiene sanitária. Um dos professores participantes da comissão foi Antônio Bahia, Joaquim José da Palma, Francisco dos Santos Pereira e o professor e médico da Faculdade de Medicina da Bahia, Antônio Pacifico Pereira.⁴²

Não sabemos se a solicitação dos professores foi contemplada, mas destacamos que ao longo das décadas de 1870 e 1880, Elias Nazareth trabalhava bastante para qualificar o ensino primário público na cidade. Ele foi muitas vezes homenageado publicamente com *menção honrosa* graças ao aprendizado dos seus alunos e o “bom zelo que se notava em suas escolas”.⁴³ Na Escola Normal, o professor Nazareth tinha prestígio junto à administração. Em abril de 1878 alguns estudantes se organizaram para cobrar do presidente da província “necessidades de algumas medidas relativas ao ensino”. A pedido do diretor da Escola Normal, Joaquim José de Palma, quem presidiu a reunião dos estudantes foi Elias Nazareth.⁴⁴

Durante a Primeira República, Elias Nazareth assumiu a direção da Escola Normal e também continuava lecionando nesta instituição, neste período com mais uma disciplina: *História Universal*.⁴⁵ Apesar dos muitos problemas que existia na Escola Normal da Bahia, como os constantes atrasos de salários dos professores, notamos nas fontes que o seu diretor- professor fazia uma gestão que era elogiada pelos periódicos da cidade.⁴⁶ Em 1911 Nazareth participou do Congresso de Geografia realizado em São Paulo representando a Bahia com duas monografias destacando as características geográficas do estado. Como a Bahia ficou por um longo tempo sem representante no Congresso, a *Revista do Brasil* agradeceu a presença do professor exaltando suas qualidades intelectuais.

Uma das personalidades mais competentes e venerandas do professorado Baiano, espírito altamente empreendedor, caráter probo, apreciado por todos aqueles que tem a felicidade de tratá-lo por perto. O professor

⁴² BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*, 1882, p. 222-223.

⁴³ BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*, Ano: 1876, p.263, Ano: 1877, p. 140.

⁴⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *O Monitor*, 12/04/1878, p. 1.

⁴⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Almanaque do Estado da Bahia*, 1899, p. 198.

⁴⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Mensagens do Governador da Bahia para a Assembleia*, 1918, p. 60.

Nazareth, que há pouco tempo representou a Bahia, com brilho notável, no Congresso de Geografia realizado em São Paulo, é lente Catedrático do Instituto Normal, onde sabiamente ensina as ciências de Strabão e Heródoto. Ao distinto filólogo e historiógrafo, os nossos cumprimentos respeitosos de envolta com os fervorosos votos pela sua felicidade e de sua virtuosa consorte.⁴⁷

Nazareth visitava escolas em outros estados do Brasil como em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e copiava seus modelos de administração. Em 1913, ele fez uma “remodelação das escolas anexas ao Instituto Normal” e substituiu o material pedagógico do Instituto. O jornalista do *Gazeta de Notícias* que visitou à escola em 1913 fez um registro positivo do que viu: “Os louros que vem cobrindo a frente respeitável do sr. Elias de Figueiredo Nazareth, nosso querido e velho amigo, representam os seus esforços inteligentes na direção do Instituto Normal da Bahia, que já lhe deve serviços relevantes”.⁴⁸

Quando faleceu em novembro de 1922, o professor Elias de Figueiredo Nazareth foi lembrado pelo Conselho Superior de Ensino do qual era membro. Este Conselho reunia professores acadêmicos, em geral homens brancos, de diversas áreas do conhecimento e uma de suas atribuições era aprovar ou não trabalhos científicos. A trajetória rica desse educador se soma a outras trajetórias importantes na área do magistério que continuaremos a apresentar neste artigo ao longo do pós-abolição.⁴⁹

DOCÊNCIA NA INSTRUÇÃO POPULAR E NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO

Entre as professoras e professores que se destacaram nessa análise, por estarem engajadas (os) com a instrução popular e, de alguma forma, com a causa abolicionista, podemos apontar Antônio Bahia, Cincinato Franca, Hermelinda Valeriana dos Santos, Maria Olympia de Oliveira e Manuel Querino.

⁴⁷ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Revista do Brasil*, Ano: 1911, p. 61.

⁴⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Gazeta de Notícias*, 05/04/1913, p. 1.

⁴⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Mensagens do Governador da Bahia para a Assembleia* (BA). Ano: 1922, p. 182.

Em 1888, ano exato da lei de abolição da escravidão, houve um longo debate na Assembleia Legislativa da Bahia em torno do projeto de reformulação das escolas noturnas. Um professor e deputado pelo Partido Liberal que defendia esse projeto era Antônio Bahia, que juntamente com o deputado Isaias Guedes de Melo, defendeu que escolas noturnas fossem criadas para pessoas egressas da escravidão (ingênuas e libertas) de maneira ampla e sistematizada a partir do setor de Instrução Pública do governo da Bahia. Após longo debate e resistência de deputados do Partido Conservador, o projeto foi aprovado e essas escolas passaram ter ainda mais vulto na Bahia. Antônio Bahia continuou em defesa de uma escolarização ampla para as camadas populares através de projetos para criação e/ou sistematização de medidas ligadas à escolarização das camadas populares, pois esse componente social passava a ser vista como uma das questões mais prolíferas da República a caminho.⁵⁰

Neste mesmo ano de 1888, Hermelinda Valeriana dos Santos solicitou à Direção da Instrução Pública a abertura de uma escola noturna para ingênuas e libertas. No dia 8 de junho de 1888, o presidente da província Manoel Machado Portela deu o aval para o funcionamento dessa escola e considerou tal iniciativa louvável, “um ato patriótico e humanitário”.⁵¹ Ele também possibilitou à professora Maria Olympia de Oliveira a concessão para abertura de escola noturna para ingênuas e libertas na povoação do Sacco, região norte da Bahia.⁵²

Hermelinda Valeriana dos Santos já lecionava desde 1882 na escola da *cadeira de sexo femino* na freguesia da Penha, em Salvador, onde o professor abolicionista, Cincinato Franca, em 1891, fundou o Grupo Escolar Rio Branco. É possível que tenham se encontrado e compartilhado conhecimentos, principalmente, relativos às questões de escolarização para pessoas ligadas ao trabalho escravo, pois ambos lecionaram em escolas voltadas também para esse público, assim como Antônio Bahia.⁵³

Antônio Bahia foi um destacado professor, atuante na educação da Bahia e extrapolou os limites do espaço escolar buscando garantir escolas para as classes

⁵⁰ Consultar em Coleção de Leis do Império do Brasil (1878). Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>.

⁵¹ APEB, Sessão Colonial e Provincial. Ofício de permissão para abertura de escola noturna na rua do Passo da professora Hermelinda Valeriana dos Santos ao presidente da província Manoel Machado Portela. Documento 799. Maço 6580 em 08/06/1888.

⁵² APEB, Sessão Colonial e Provincial. Ofício de permissão de abertura de escola noturna na povoação do Sacco da professora Maria Olympia de Oliveira ao presidente da província Manoel Machado Portela. Documento 817. Maço 6580 em 14/06/1888.

⁵³ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino da Bahia*. Mapa demonstrativo das aulas primárias da província em 1881, 1882.

populares nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Possivelmente, entusiasmou alguns outros atuantes em causas sociais semelhantes às suas, como também fez Cincinato Franca, e outros (as) de sua época. No início do século XX Antônio Bahia também ocupou cargos de delegado da Instrução Pública da Bahia, Intendente interino de Salvador (equivalente hoje ao cargo de prefeito) e diretor da Instrução Pública da Bahia.⁵⁴ A figura 2 abaixo evidencia como era atuante em conferências pedagógicas, onde se debatiam questões para melhorias na educação realizadas em Salvador. Após participação na de 1915, houve seu falecimento.

Figura 2: Antônio Bahia e grupos de professoras



Fonte: Jornal de Notícias, 1915, p. 22.

Quanto a Cincinato Ricardo Pereira da Franca, foi outro professor com destaque nas causas abolicionistas e pela educação de “homens de cor” com ênfase na matrícula para libertos e escravizados. Ele também foi redator do jornal *O Asteroide* e liderança no Clube Carigé, associação abolicionista em Cachoeira. Esta inserção nos meios políticos e intelectuais da cidade lhe possibilitava executar políticas para que pessoas analfabetas

⁵⁴ Conforme Mensagens do Governador da Bahia para a Assembleia Legislativa. Governador José Marcelino de Souza. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/872989/1349?pesq=%22Antônio%20Bahia%20da%20Silva%20Araújo%22>.

ligadas ao cativo aprendessem a ler, escrever e realizar cálculos básicos e até tivessem a possibilidade de alcançar outros lugares sociais.⁵⁵

Ele fundou uma escola noturna em 1887 aos egressos da escravidão, livres e escravizados, onde teve mais de cem alunos matriculados. Em 1891, foi transferido para capital e lecionaria na escola primária da prisão de Salvador, mas em abril desse ano ficou à frente da escola masculina da Penha, freguesia da cidade de Salvador. A escola se tornou o Grupo Escolar Rio Branco que era um conjunto de escolas reunidas num só prédio que tinha por diretor o próprio Cincinato Franca. Esse Grupo Escolar era uma instituição de ensino reconhecida tanto pelo número de matriculados como pelos alunos bem avaliados nos exames finais.⁵⁶ O nome do Grupo Escolar era sugestivo em termos de questões ligadas à emancipação do escravismo, foi o nome da lei do *Ventre Livre*, 1871.

Figura 3: Cincinato Franca



Fonte: Arquivo Histórico Theodoro Sampaio – IGHB

⁵⁵ SOUZA, Jacó Santos de. *Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - Universidade do Estado da Bahia, 2010.

⁵⁶SILVA, Fabiano Moreira da. *Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greves (1912-1918)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

Cincinato Franca foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano (1911-1912), continuou lecionando e em 1914, alegou ter recebido um abaixo assinado de pessoas da freguesia da Penha pedindo aulas à noite e encaminhou um ofício à Intendência de Salvador para solicitar a abertura de uma escola noturna. O pedido foi atendido e Franca abriu uma escola noturna primária. A escola tinha 20 alunos matriculados e 16 frequentavam, entre os alunos frequentes, somente seis foram promovidos enquanto dez foram reprovados.⁵⁷

No início do ano de 1918, Franca foi um dos organizadores da primeira greve do professorado municipal. A notícia daquela greve inédita estampou a capa do jornal *A Tarde* com foto do professor e a legenda informava que ele também “foi vítima do calote, apesar de sua dedicação ao ensino das crianças”. O jornal ao escolher a foto dele para figurar a notícia buscou dar maior relevância ao fato, uma vez que o professor era um profissional influente junto à categoria, à sociedade e às autoridades públicas. A greve do professorado foi motivada pelos atrasos nos pagamentos dos vencimentos que em alguns casos chegaram a quase dois anos. Ela foi um importante movimento político destacado também porque teve forte apoio dos políticos de oposição ao governo Seabra, daí ser bastante explorada pelos jornais de oposição que abriu espaço para as manifestações e críticas do professorado, entre eles o professor Cincinato Franca. A greve teve como resultado o reconhecimento da Intendência Municipal da dívida com o professorado, o escalonamento dos pagamentos atrasados e a suspensão de uma punição aplicada ao professor Isauro Coelho, um professor negro, que dirigiu críticas diretamente ao Intendente.⁵⁸

Em 1922, Cincinato Franca se candidatou novamente a deputado estadual pelo mesmo e venceu. Assumiu em 1923 e foi “apontado como um dos exemplos das lutas do professorado baiano” por melhores condições de ensino, de trabalho e contra a discriminação racial na Bahia. Lugar que ele chamava de “mulata velha” por considerar

⁵⁷ MENDES, Antônio Pacheco. Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia. Seção de obras do “O Democrata”. Bahia. 1916. p.397

⁵⁸ Sobre a greve do professorado de 1918 verificar SILVA, Fabiano Moreira da. *Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greves (1912-1918)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017; SILVA, Maria Conceição B. da Costa e Silva. *O ensino Primário na Bahia: 1889-1930*. Tese de doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UFBA, Salvador, 1997. LUZ, José Augusto Ramos da. *A salvação pelo ensino primário: Bahia (1924-1928)*. Feira de Santana. UEFS Editora. 2013.

ter grande contingente de pessoas negras e mestiças de pele escura com concepções e mandos tão antigos.⁵⁹ Em 1925, Franca se aposentou, faleceu em 25 de dezembro de 1934.

Outro professor bastante conhecido por seu trabalho voltado para a instrução primária popular na cidade do Salvador durante a Primeira República foi Francelino do Espírito Santo de Andrade.⁶⁰ Professor de gramática do ensino primário, exerceu alguns cargos públicos na área da educação a exemplo dos outros professores citados neste texto. Além de professor municipal, ele assumiu os cargos de *delegado escolar* (um inspetor, fiscal da Instrução Pública) em 1914 e foi nomeado membro do Conselho Superior de Educação em 1924.⁶¹ Na Conferência Pedagógica de 1913 fez parte da solenidade de abertura junto com Cincinato Franca, que neste ano foi o presidente da comissão organizadora do evento.⁶²

Francelino de Andrade escrevia ainda para duas revistas que circulavam no Rio de Janeiro, cuja temática se ligava aos temas da educação, política, letras e artes nas décadas de 1910 e 1920. Era um intelectual que circulava em outros estados do país e que estava atento ao tema da escolarização, sobretudo, do ensino primário.⁶³ Em 1915, ele era inspetor municipal do ensino e deu uma entrevista para o repórter do periódico *A Notícia*, onde criticou o ensino primário na cidade e o modo como ele estava organizado. Na entrevista, o professor explicou ao jornalista que não era competência de o “executivo municipal” realizar a reforma ou regulamentação do ensino na cidade, disse que esta responsabilidade era do estado, segundo previa a Constituição estadual de 1891.⁶⁴

⁵⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Jornal do Commercio*, 14/06/1923, p. 1.

⁶⁰ Não conseguimos maiores informações biográficas sobre Francelino de Andrade, como as datas de nascimento e morte por exemplo. Apenas sabemos que era casado e o nome de sua esposa era Francelina Chagas de Andrade. (HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Hora*, 1919, p. 3).

⁶¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Jornal do Comercio*, 1914, p. 2.

⁶² Verificar em BRANDÃO, Verônica de Jesus. *Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: um estudo das teses apresentadas nas Conferências pedagógicas de Salvador (1913-1915)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Salvador, 2012.

⁶³ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Revista Educação e Pediatria*, 1913, p. 20 e *Revista Política, Atualidade, Questões Sociais, Letras e Artes*, 1926, p. 9.

⁶⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *A Notícia*, 1915, p. 1.

Figura 4: Francelino de Andrade



Fonte: Diário de Notícias, 22/01/1923, p.1

Esse professor aproveitou a ocasião cívica e festiva em torno das comemorações pela independência do Brasil, em 1922, para manifestar seu desconforto com a situação da educação primária. Ele desejava muito que fosse aprovada a lei n.800 que regulamentava o ensino municipal primário. Para ele, esta lei, se aprovada, era “obra de patriotismo que em homenagem à Bahia já poderia vigorar no primeiro centenário do 2 de julho”.⁶⁵ Ele não só apresentava interesse por essas celebrações cívicas, como as utilizava para defender uma política para melhor andamento da educação primária. Na narrativa, o professor pontuou problemas da educação primária na década de 1920 na Bahia.⁶⁶

⁶⁵ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, *Diário de Notícias*, 1923, p.1.

⁶⁶ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, *Diário de Notícias*, 1923, p.1

Além de demonstrar forte interesse pela melhoria do ensino primário na cidade em que vivia, ele envolve-se em comissões para as festividades do 2 de julho. Em 1923 entregou uma carta de protesto contra o promotor de Santos, Tobias Bueno, que em uma audiência no tribunal classificou um réu de: “assassino, mulato e baiano”. No jornal *Diário da Bahia* Nazareth respondeu:

Baiano e mulato que sou, repilo com toda minha energia moral e fulminação idiota deste representante do ministério público. O seu estado de paranoico confunde na mesma sinonímia; assassino, mulato e baiano-denunciando o desgraçado réu sob esses três grandes crimes. Alto lá! Um grande baiano de cor preta, há pouco baixado ao túmulo, Manoel Querino, numa de suas excelentes obras de pesquisas históricas sentenciou: “O Brasil possui duas grandezas: a uberdade do solo e o talento do mestiço”, ouça esta grande verdade e tome-a para seu governo.⁶⁷

O professor se apresentou publicamente como um “homem de cor” quando crescia no Brasil os debates sobre raça, mestiçagem e identidade nacional. Intelectuais davam a sua versão sobre o Brasil e seu povo. Neste parágrafo, o professor evidenciou sua leitura dos textos do abolicionista, jornalista e professor militante Raimundo Manuel Querino.⁶⁸

Manuel Querino foi dos alunos da sessão noturna do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, logo no ano de sua fundação, em 1872, assim como foi um dos homens que se destacou nas mobilizações pelo fim da escravidão. Segundo Maria das Graças Leal, Querino foi um estudante do curso de pintura e depois se tornou professor dessa instituição, “representando também sujeitos sociais incógnitos que foram trazidos à luz do conhecimento histórico através do seu testemunho, um dos defensores desse tipo de escolarização “como maneira de formação intelectual e moral de trabalhadores”.⁶⁹ Condição que o distinguiu entre tantos outros sujeitos que viveram e interferiram nos

⁶⁷ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, *Diário da Bahia*, 23/02/1923, p. 1.

⁶⁸ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, *Diário da Bahia*, 1923, p. 1.

⁶⁹ LEAL, Maria das Graças. Manuel Querino: entre letras e lutas- Bahia (1851-1923). Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 40-68.

rumos sociais, políticos e culturais da Bahia no século XIX, a partir de sua formação profissional de artista e da sua inserção no meio intelectual.

Esse intelectual negro já é considerado pioneiro nos estudos sobre a importância da contribuição cultural e civilizacional dos africanos no Brasil. Ele defendia que foi o “trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento a nobreza e a prosperidade do Brasil” através de *A raça africana e seus costumes na Bahia* e de *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Textos em que apresentou suas ideias acerca da formação da nacionalidade brasileira e da importância política, social e cultural da “raça negra” no Brasil.⁷⁰

Francelino de Andrade, Cincinato Franca, Elias Nazareth e Manuel Querino foram “homens de cor” que conseguiram se destacar na área do magistério, na cena política baiana e brasileira, estavam inseridos no universo de uma província, logo em seguida um estado, que padecia com graves problemas de analfabetismo e desvalorização do profissional de educação. Consideramos importante ressaltar que os professores e professoras apresentados (as) neste texto fizeram política e deram aula dentro e fora da sala de aula. Não apenas criticaram o estado de precarização do ensino, como também participavam de congressos, escreviam artigos e propunham leis que ajudassem a organizar e qualificar o ensino em Salvador em fins do século XIX e começo do XX para a saída de condições precárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Bahia desse período, professores (as) estiveram interligados (as) em causas docentes e sociais muito parecidas, o que não significou uma realidade sem tensões entre eles e elas, como no exemplo da rejeição do material didático produzido pelo professor Elias Nazareth, que também criticou intensamente a tabuada produzida pela professora Emília Collet. Estes (as) profissionais se formaram pela *Escola Normal da Bahia* e atuaram em favor da escolarização, sobretudo, das camadas populares.

⁷⁰ Referências sobre Manuel Querino, verificar em: LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter ofício: Liceu de artes e ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht/ Liceu de Artes e Ofícios, 1996; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; GLEDHILL, Sabrina. *Travessias no atlântico negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Salvador: Editora Funmilayo Publishing, 2018.

Sabemos que Antônio Bahia, Emília Collet, Elias Nazareth e Maria Augusta Santos estiveram na primeira Conferência Pedagógica da Bahia, um marco na educação da Bahia no século XIX, assim como as de 1913, 1914 e 1915, que contaram com as presença de Cincinato Franca, Francelino de Andrade e Antônio Bahia, o que reforça nosso argumento de um encontro e elaboração de formas para contemplar a escolarização de um grande contingente populacional na província, a qual persistia nos altos índices de analfabetismo após o censo geral de 1872.

Essas professoras podem ter se sobressaído muito mais em suas ações docentes e sociais. Nesse momento havia uma transição para o que se chamou de feminização do magistério, e ainda assim, jornais e relatórios governamentais não destacaram de forma tão evidente suas origens, toda atuação profissional e como elas finalizaram seus dias na mesma proporção que apresentaram a atuação e sobre a trajetória de vida dos professores.

Interessante destacar que estas gerações distintas e encontradas de docentes podem significar que quem se destacou na luta educacional da instrução popular primeiro, entre eles e elas, pode ter influenciando de alguma maneira na formação dos (as) demais. Desta forma, percebe-se possibilidades de fortalecimento das frentes educacionais que proporcionassem escolarização para sujeitos advindos da condição escrava, liberta, ingênua ou de livre pobre em fins do século XIX e começo do XX. Período muito próximo em que figuras como Anísio Teixeira “imperaram”, quase que unicamente, em periódicos que destacaram projetos educacionais para as camadas populares. Tal evidência sem associação a esses homens e mulheres que já defendiam de maneira aguerrida maneiras diversas de aumentar a alfabetização na Bahia desde o século XIX, por sua vez, um considerável investimento na instrução popular, inclusive, voltadas para pessoas negras.

Ratificamos que os (as) professores (as) em tela neste texto se destacaram por atuarem em causas sociais para além da vida profissional, através de mobilizações de anos em prol de grupos que eram fortemente prejudicados em condições econômicas, sociais e raciais! Em alguma medida, manifestaram conexão e movimento de superação da escravidão em paralelo ao processo de construção da ideia de que a educação escolar era algo indispensável aos sujeitos das classes populares.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Seção Legislativa, *Ata da eleição* 07/03/1929- livro 1237.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Sessão Colonial e Provincial, *Ofício de permissão para abertura de escola noturna na rua do Passo da professora Hermelinda Valeriana dos Santos ao presidente da província Manoel Machado Portela*. Documento 799. Maço 6580 em 08/06/1888.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Sessão Colonial e Provincial. *Ofício de permissão de abertura de escola noturna na povoação do Sacco da professora Maria Olympia de Oliveira ao presidente da província Manoel Machado Portela*. Documento 817. Maço 6580 em 14/06/1888.

BIBLIOTECA NACIONAL, Atos do Governo Imperial sobre a Instrução Pública. Conferência Pedagógica. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720968/10086?pesq=%22Conferência%20pedagógica%22>>. Acessado em 24/08/2020

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL (1878). Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>>. Acessado em 24/08/2020

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL (1879). Decreto nº 7.274, de 1879. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acessado em 24/08/2020

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL, *A Notícia*, anos indicados.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL, *A Manhã*, anos indicados.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Jornal do Comercio (RJ)*, anos indicados.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Jornal Moderno*, anos indicados.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Pequeno Jornal*, anos indicados.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DA BAHIA, EM 1869. Francisco Gonçalves Martins. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/136/000030.html> Acesso 20/08/2020.

MENSAGENS DO GOVERNADOR DA BAHIA PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Governador José Marcelino de Souza. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/872989/1349?pesq=%22Antônio%20Bahia%20da%20Silva%20Araújo%22>. Acesso 16/08/2020.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL- Revista Educação e Pediatría. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305774&pesq=Francellino%20de%20Andrade&pasta=ano%20191&pagfis=213>. Acesso 20/08/2020.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA DIGITAL- Revista Política, Atualidade, Questões Sociais, Letras e Artes (RJ). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830267&pesq=Francellino%20de%20Andrade&pasta=ano%20192&pagfis=9928>

BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia*, Anos: (1870-1880). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=130605&pasta=ano%20187&pesq=Elias%20Figueiredo%20Nazareth>.

BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatório da repartição dos negócios do Império do Rio de Janeiro*, 1872. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720968/10086?pesq=%22Conferência%20pedagógica%22>.

BIBLIOTECA NACIONAL, *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Bahia)*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/130605/8634?pesq=%22conferência%20pedagógica%22>.

Obras Gerais

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Org). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Letras/Faperj, 2017.

BRANDÃO, Verônica de Jesus. *Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: um estudo das teses apresentadas nas Conferências pedagógicas de Salvador (1913-1915)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Salvador, 2012.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780 - 1860)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. “*Negrinhos que por ahi andão*”: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *História do Brasil nação (1808-2010): A construção nacional*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, Fundação Mapfre, 2003.

CAVALCANTE, Ian A. *Pela instrução dos filhos do povo: escolarização e cultura escolar na Salvador do pós-abolição, 1888-1906*. Dissertação de Mestrado em Educação pelo programa da Pós-Graduação da UFF, Niterói, 2015.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o liceu provincial. 1860-1890*. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Bahia - Universidade Federal de Bahia. Salvador, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Pombo de (Org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016.

_____. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GLEGHILL, Helen Sabrina. *Travessias racialistas no atlântico negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Tese de doutorado pelo Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2014.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A Arte de ter um ofício (1872-1996): Liceu de Artes e Ofício da Bahia*. Salvador: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.

LOPES, Katia Geni Cordeiro. *A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: O caso da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

LUCINDO, Willian Robson Soares. *Educação do pós-abolição: Um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)*. Editora: Casa aberta, Florianópolis, 2010.

LUZ, Itacir Marques da. *Compassos letrados: Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

LUZ, José Augusto Ramos da. *A salvação pelo ensino primário: Bahia (1924-1928)*. Feira de Santana. Editora UEFS, 2013.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas. SP: Ed Unicamp, 2012.

MARTINS, Wilson Thomé Sardinha; SILVA, Nilson Joau; PEREIRA, Jose Nilton Carvalho. *Síntese Histórica: 125 anos do Instituto Geográfico Histórico da Bahia (1894-2019)*. Ed. Allucci e Associados Comunicações. Salvador. 2019.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MENDES, Antônio Pacheco. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia*. Seção de obras do “O Democrata”. Bahia. 1916.

MODESTO, Victor Hugo do Rosário. “*Não há ingênuos e sim órfãos*”: menores filhos de libertas no limiar da abolição em Belém do Grão-Pará. *História Unicamp*, Belém, v.5, n.9, 2009.

NUNES, Antonieta D’Aguiar. *Política educacional no início da República na Bahia*. Duas versões do projeto liberal. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA, Salvador, 2003.

PERES, Eliane. *Templo de Luz: Cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense 1875 - 1915*. Pelotas: Seiva publicações, 2001.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos Santos. *Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30443>.

SILVA, Adriana Maria Paula da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Fabiano Moreira da. *Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greves (1912-1918)*. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

SILVA, Maria Conceição B. da Costa e Silva. *O ensino Primário na Bahia: 1889-1930*. Tese de doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UFBA, Salvador, 1997.

SILVA, Pedro Celestino. Prof. Cincinato Ricardo Pereira da Franca. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 68. 1942, p.59-61.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia-1870 a 1890*. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em educação da PUC-SP, São Paulo, 2006.

SOUZA, Jacó Santos de. *Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - Universidade do Estado da Bahia, 2010.

VASCONCELLOS, Christianne Silva. O uso de fotografias de africanos no estudo etnográfico de Manuel Querino. Sankofa. *Revista de História da África e de estudos da Diáspora Africana*, n.4, dezembro, 2009.

Recebido em: 15/06/2020 – Aprovado em: 22/09/2020